

# UM ROTEIRO DE VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE NA CIDADE

**Rita Aparecida da Conceição Ribeiro**  
Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO-BH.  
Publicitária, Mestre em Comunicação Social, Doutora em Geografia.  
rita\_ribeiro@uol.com.br

## **Cena 1: visíveis**

Claros e escuros, como num filme *noir*, a cidade surge de várias maneiras aos olhos dos atores. Suas formas de apresentação dependem do uso e dos valores que lhe são atribuídos. Uma mesma cidade possui várias identidades, que se apresentam como um enigma da esfinge. Ao visitante, ela mostra a face sedutora, que convida ao turismo e à descoberta, mas ao mesmo tempo pode apresentar um aspecto aterrador, uma entrada em um universo desconhecido no qual cada esquina representa um desafio a ser vencido, um perigo iminente. Aos moradores, a cidade também se apresenta nas mais diversas facetas. Caminhos cotidianos, que são palmilhados anos a fio. Pequenas mudanças que acompanham o ritmo próprio do envelhecer, com a diferença que o tempo da cidade é outro, por vezes mais lento, noutras mais rápido que aquele do homem.

O pertencer à cidade, também ocorre de formas distintas. Os moradores das cidades desenvolvem rotinas de reconhecimento e pertencimento aos lugares, contribuem ou contestam a mudança da paisagem urbana. A cidade lhes pertence na medida em que, mesmo sem ser percebida, constroem ali suas vidas, estabelecem as mais diversas relações. Vivem, morrem, partem e, por vezes, voltam para aquele local. A tessitura das relações que se configuram nas cidades forma os mais diversos painéis. Cenas urbanas constituem momentos de vida e morte. Às vezes visíveis. Noutros invisíveis, perceptíveis apenas aos passantes que, como figurantes numa cena de cinema compõem o cenário. Nessas cenas os papéis também se revezam. O eu e o outro assumem posturas distintas, que na cena seguinte podem ter outras atribuições, outros papéis.

O que nos faz visíveis, pode, ao mesmo tempo, nos tornar invisíveis aos olhos do outro. Na cidade os espaços se multiplicam, mudam suas configurações. O que antes tinha uma utilização, num curto espaço de tempo pode se modificar. Visíveis e invisíveis. O eu e o outro se fundem e se perdem na cidade. Muito longe de ser um efeito visual, a condição de visibilidade depende daquela de alteridade. O eu não existe sem o outro na cidade. Para que o filme/cidade se desenvolva, é preciso que se atribuam os cenários e os papéis. Nesse filme heróis e antagonistas se revezam em cenas diversas.

## **Cena 2: invisíveis – a invisibilidade do cotidiano**

O cotidiano se desenrola aos olhos como num filme já visto. As cenas se repetem aos olhos do morador da cidade, que segue seu ritmo de trabalho pela cidade. No cotidiano as ações se repetem num ritmo mecânico. À rapidez cada vez maior do seu ritmo, contrapõe-se uma lentidão na percepção. Na cidade centenas de imagens sobrepõem-se à visão do passante. *Outdoors* disputam o espaço com construções, empenas se transformam em mecanismos de divulgação de produtos, as bancas de revistas confundem-se com os vendedores ambulantes, os cartazes anunciando promoções nas lojas e os anúncios das traseiras do ônibus. Quando muito se vê, pouco se percebe. Em meio a tantas imagens o homem se espelha e se estranha. Sonha com a garota do *outdoor*, enquanto olha apressado a mensagem no celular. A virtualidade das imagens na cidade modifica a percepção dos homens. Os objetos virtuais chamam mais a atenção do que aqueles reais. Para cada imagem que nos chama a atenção na cidade, deixamos de ver pessoas. Não é o outro que me interessa na cidade, e sim sua representação.

O outro somente passa a ter uma importância na cidade a partir do momento que esse interrompe a nossa trajetória cotidiana. Na dinâmica urbana, várias coisas acontecem simultaneamente. Na percepção dos seus agentes, apenas o que acontece à sua volta, e de uma forma diferente de sua rotina é capaz de despertar a atenção.

A atitude *blasé* percebida por Simmel (1976) corporifica-se na atitude daqueles que transitam pela cidade.

A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, [...] mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. (SIMMEL, 1976, p. 16).

A cidade e suas especificidades tornam-se opacas dentro da lógica da vida cotidiana. A possibilidade de escape de tal situação ocorre nos momentos em que a ordem cotidiana se rompe. Nos momentos em que o padrão de normalidade da vida urbana suspende-se. Nesses instantes rompe-se a condição de invisibilidade, porque os papéis pré-determinados sofrem uma mudança brusca. O roteiro da cidade se altera, muda o ângulo de visão e novos atores se descortinam aos olhos do espectador. Uma manifestação política que muda o trânsito, um acidente, são fatos inesperados que alteram, ainda que momentaneamente a percepção dos transeuntes, tirando-os do automatismo cotidiano.

### **Cena 3: tornar-se visíveis na cidade**

A condição de existência do eu é o outro. O princípio da alteridade só tem razão de existir em relação ao outro. Na cidade os atores desempenham seus papéis em relação a outros sujeitos que lhes conferem alteridade. Tais papéis são determinados pelas mais diversas relações que constituem o tecido social e determinam as identidades que transitam pela cidade.

Frente ao espelho, o *eu* não é apenas representação invertida da sua exterioridade. Ele reclama pelo olhar ausente, exterior, preferencialmente estrangeiro, vivo na existência do *outro*. Assim, o *eu*, frente ao espelho, reclama pelo *outro*, pelo seu auxílio, como se o *outro*, naquele momento, pudesse mesmo ser transformado na extensão do *eu*: na expectativa de que, no *outro*, residisse a possibilidade de reconhecimento de sua verdadeira e real aparência, forma, superfície. (HISSA, 2006, p.85).

A condição de visibilidade na cidade passa pelo reconhecimento da identidade, pelo espelhamento frente a seus iguais e pela distinção do outro. As identidades na cidade se formam a partir das relações antagônicas de igualdade e diferença. A identidade e, da mesma forma, a diferença constituem relações sociais. Portanto, ambas estão sujeitas aos vetores de força, às relações de poder. Identidade e diferença não se definem pura e simplesmente, convivendo em harmonia. Elas são impostas e disputadas. Disputadas entre grupos sociais assimetricamente situados que concorrem entre si, para além do poder, ao acesso a bens simbólicos e materiais na cidade.

De acordo com Silva (2000), o desejo de acesso privilegiado dos diferentes grupos aos bens sociais traduz-se na afirmação da identidade e na enunciação da diferença. Assim, identidade e diferença estão estreitamente ligadas ao poder. O poder estabelece as normas de diferenciação que traduz as marcas do poder e trata de incluir ou excluir ao mesmo tempo em que demarca fronteiras, que configuram processos de visibilidade e invisibilidade, classificando e normalizando os indivíduos.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer 'o que somos' significa também dizer 'o que não somos'. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação 'nós' e 'eles'. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. 'Nós' e 'eles' não são, neste caso, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas pelas relações de poder. (SILVA, 2000, p. 82).

As identidades demarcam fronteiras na cidade. Os espaços se configuram pelas relações econômicas, sociais e também identitárias. As identidades se firmam também, em relação às diferenças. Essas diferenças se estabelecem de acordo com relações de classe, de sexo, de consumo e de poder. Uma das formas de se negar o espaço do outro é negando sua existência, anulando sua identidade e, portanto, tornando-o invisível frente ao outro. A anulação da identidade ocorre de diversas maneiras na cidade, seja pelo preconceito econômico, de classe, pela discriminação do uso dos espaços, ou mesmo, pela atitude *blasé* diante do outro.

Uma outra forma de invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis. Também por conta de nossa negligência, muitos jovens pobres, especialmente os negros, transitam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras. (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005, p. 176).

A condição de invisibilidade na cidade e a supremacia de determinadas identidades acontece por diversos mecanismos. Assim também ocorre a busca de um novo padrão identitário, que faça com que alguns grupos sociais na cidade saiam de sua condição de invisibilidade. Ao associarem-se a um determinado modo de vida, usando roupas, expressões e freqüentando lugares comuns, os participantes desse grupo social podem ter a sensação de inserção numa sociedade que os discrimina a todo tempo - seja pela cor da pele, pela renda ou pelo nível de escolaridade. Ao se encontrarem com seus “iguais” a sensação de invisibilidade tende a desaparecer - ainda que temporariamente, proporcionando a esses grupos uma nova forma de se inserirem na cidade, através dessa identidade comum.

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica tem sido a base do significado desde os primórdios da sociedade humana. No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas acreditam que são. (CASTELLS, 1999, p. 41).

As identidades que circulam pela cidade desempenham papéis que assumem vários sentidos. A identidade conforma-se a partir das diversas atribuições sociais que cabem ao indivíduo representar: na família, no trabalho, com o grupo de amigos, nas associações. São esses papéis que os tornam visíveis na cidade, naqueles cenários apropriados para o seu

desempenho. Desloque-se o personagem de seu cenário e ele volta para sua condição de invisibilidade.

#### **Cena 4: o consumo determina a visibilidade**

As imagens na cidade se modificam e aceleram. O cineasta Wim Wenders (1994) compara a evolução das imagens no cinema àquela das cidades. Para Wenders, o aumento da velocidade com que percebemos as imagens faz com que outros sentidos se atrofiem, as imagens e sua representação tomam o lugar do real. A mediação desempenhada pelas imagens acaba de certa forma, por substituir a experiência. Vivemos assim na cidade, uma “experiência de segunda mão” proporcionada pelas imagens, ou seja, recebemos pela TV, pelo cinema ou ainda pela publicidade, imagens de locais com os quais não temos contato. No entanto, graças a suas imagens, os lugares adquirem um sentido real, ainda que jamais tenhamos estado lá pessoalmente. Essas mediações acabam proporcionando percepções que, muitas vezes, estão distantes da realidade do objeto. As imagens passam a servir a outros objetivos, não apenas mostrar algo, mas atrelam-se a elas todo um discurso e uma ideologia. Seleciona-se assim na cidade, pelas imagens, o que deve ser visível e aquilo que interessa permanecer invisível.

De modo geral, as imagens se tornaram “mais comerciais”; elas disputam o favor da nossa atenção, estão constantemente em concorrência umas com as outras, e cada nova imagem tenta superar a precedente. Se **mostrar** foi noutra época a missão primeira, a missão mais nobre das imagens, o seu fim parece ser cada vez mais **vender**. Eu creio que as imagens seguiram uma evolução comparável e paralela àquela das nossas cidades. Assim como elas, nossas cidades se tornaram cada vez mais frias, cada vez mais distanciadas. Como elas, nossas cidades são cada vez mais alienadas e alienantes; como as imagens, as cidades nos constroem a viver com frequência cada vez maior “experiências de segunda mão”, e têm uma orientação cada vez mais comercial. (WENDERS, 1994, p. 183-184.).

As mudanças que se configuram no início do século XXI apontam frequentemente para o esvaziamento das relações de proximidade entre os homens. O aumento dos aparatos tecnológicos, as distâncias, as obrigações cotidianas trazem uma modificação nos sentidos de pertencimento dos indivíduos, seja aos grupos sociais, seja aos espaços da cidade. As relações deixam de ser face-a-face e acontecem cada vez mais de forma mediada, seja pelo telefone, TV ou internet. A proximidade cede espaço ao consumo. Consumir passa a ser um exercício de inserção social. Assim também a cidade se prepara cada vez mais para vender. Em cada esquina surge um apelo de venda. Aos locais se atribuem valores, não mais aqueles de uso,

mas aquele do *status*. Frequentar um determinado espaço na cidade revela-se um sinônimo de poder de consumo.

Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para reunião das pessoas; elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente. (LEFEBVRE, 2001, p. 130-131.).

A apropriação da cidade pauta-se cada vez mais pelas regras do consumo. Aqueles que não consomem são afastados dos lugares, pois não têm porque estar ali, já que o consumo passa a ser a razão da existência do espaço, em detrimento de outros valores.

Canclini (1999) aponta que as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e formas do exercício da cidadania. As diferenças de capacidade de consumo se justificavam até meados do século XX pela ampliação da igualdade dos direitos abstratos como o voto, participação política, pertencimento a entidades de classe. Com o declínio da política e a crescente descrença nas instituições, os cidadãos se vêem diante da criação de novas formas de participação.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos — a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses — recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva nos espaços públicos. (CANCLINI, 1999, p.37.).

O consumo e o conseqüente consumo dos lugares na cidade determinam as posições do sujeito. Alguns espaços, ainda que públicos, não se configuram como espaços de todos. O outro não cabe ali, pois não pode consumir o que se vende.

Sempre se poderá dizer que a urgência da cidade é de reunir e que é preciso estar na posição social do abastado para desprezar segregações e exclusões. Mas é a cidade que hierarquiza e que exclui. É a cidade, apesar das intenções declaradas, ou da conversa fiada dos especialistas, que bane, que fixa e que designa a não residência. (BAUDRY, 2006, p.33.).

No entanto, a própria dinâmica do ser humano faz com que a proposição não se configure como totalmente verdadeira. Espaços destinados ao consumo apenas voltados para determinadas faixas da população frequentemente vêm-se tomados por outras camadas

sociais que não têm o poder de consumo, mas em contrapartida, se apropriam daqueles espaços, mesmo como forma de oposição à ordem vigente. Assim vemos os mais diversos grupos sociais que se apropriam de espaços, que à primeira vista, em nada se identificariam com tais freqüentadores.

A cidade é o lugar da praça e do encontro. É o espaço inventado, pelo homem, para a conversa, para o diálogo. Nele, os homens se encontram e se reconhecem. Contraditoriamente, entretanto, é no lugar do encontro, do diálogo, da criação de identidades que se desenvolve o espaço do estranhamento. A cidade é, portanto, o lugar da alteridade: onde se é *outro*, onde o estranhamento evidencia a condição daquele que não se reconhece no objeto que cria. (HISSA, 2006, p.89.).

É no espaço que é de todos independente das formas de segregação que insistem em ser mantidas que se constitui o movimento do urbano. Os indivíduos não seguem uma lógica pré-estabelecida pelos planejadores. A cidade é um corpo vivo, formado por cidadãos que seguem, por vezes, uma lógica distinta e, até mesmo, anárquica que confere à cada cidade sua peculiaridade.

A política tradicional da sociedade desejaria um corpo são em um espaço tornado seguro. Mas as pessoas flanam, ficam à deriva, inventam seus percursos, em lugares que lhes são arrumados como em suas casas. Elas não caminham exatamente em linha reta, mas vão aleatoriamente. O urbano tem a ver com esse aleatório, que a ordenação pretenderia esconder ou até estetizar, para fazer dela uma feliz exceção à regra. (BAUDRY, 2006, p.35.).

Assim, as regras estabelecidas na cidade sofrem a influência dos cidadãos. A cidade é um corpo vivo e mutável, a partir também dos desejos e necessidades de apropriação daqueles que nela vivem, ainda que sua vontade nem sempre seja soberana. Criam-se os espaços de transgressão, quando outros usos que não aqueles originariamente destinados, são descobertos pelos moradores, que passam a usufruir deles à sua maneira<sup>1</sup>.

### **Cena 5: presentes na ausência**

Os pequenos espaços da cidade revelam histórias, memórias que insistem em permanecer. Aquele que passa em determinados locais da cidade, às vezes se surpreende ao perceber em meio a seu trajeto cotidiano um detalhe jamais visto. Um monumento, um prédio ou uma placa, que permaneceram muito tempo escondidos aos olhos e, num instante de revelação, se mostram ao cidadão desavisado, que se surpreende com um aspecto novo, ainda que centenário de sua cidade.

Assim como os transeuntes, a cidade permanece oculta, invisível aos sentidos, até que estes sejam despertados por estímulos que nem sempre são fáceis de captar ou compreender. Uma pequena mudança de perspectiva, um sinal que abre antes do tempo, uma mudança de calçada. Quebra-se a rotina e a cidade permite ao passante que se descubra uma nova faceta, um novo olhar sobre o seu espaço. O transeunte é aquele que não permanece ou aquele que está de passagem. Da mesma forma a cidade, que, a cada olhar, se modifica.

As modificações na cidade ocorrem hoje com grande rapidez. De um dia para o outro erguem-se novos prédios, muda-se o trânsito, as grandes placas de publicidade são trocadas. Novos moradores chegam, outros nascem. As pequenas intervenções, ou mesmo, as permanências na cidade passam despercebidas, invisíveis na cidade. As pequenas coisas na cidade são cada vez mais frágeis e fugazes.

O que é pequeno desaparece. Em nossa época, só o que é grande parece poder sobreviver. As pequenas coisas modestas desaparecem, bem como as pequenas imagens modestas ou os pequenos filmes modestos. Esta perda de tudo o que é pequeno e modesto é um triste processo, do qual hoje somos testemunhas dentro da indústria cinematográfica. E para as cidades, esta mesma perda das pequenas coisas modestas é ainda mais manifesta e, sem dúvida, de maior relevância. (WENDERS, 1994, p.184.).

A necessidade de grandes obras, de abrir a cidade ao chamado progresso, na maioria das vezes relega o papel que o homem desempenha na cidade. Grandes obras são pensadas de forma a agilizar a cidade, a fazer com que o homem corra atrás de seu tempo. No passado o tempo e o espaço privilegiavam o homem. Hoje eles são seus algozes. Os pequenos espaços públicos, locais de encontro e lazer começam a perder sua função e se tornam cada vez mais invisíveis perante a dureza do cotidiano.

As histórias sem palavras do andar, do vestir-se, de morar ou do cozinhar trabalham os bairros com ausências; traçam aí memórias que não têm mais lugar — infâncias, tradições genealógicas, eventos sem data. Este é também o “trabalho” dos relatos urbanos. Nos cafés, nos escritórios, nos imóveis eles insinuam espaços diferentes. Acrescentam à cidade visível as “cidades invisíveis” de que fala Calvino. Com o vocabulário dos objetos e das palavras bem conhecidas, eles criam uma outra dimensão, sempre mais fantástica e delinqüente, terrível ou legitimante. Por isso, tornam a cidade “confiável”, atribuindo-lhe uma profundidade ignorada a inventariar e abrindo-a a viagens. São as chaves da cidade: elas dão acesso ao que ela é, mítica. (CERTEAU; GIARD, 1996, p. 200).

Algumas imagens da cidade permanecem apenas na memória dos seus habitantes, nos registros fotográficos, ou ainda, nos relatos que nos são passados pelos mais velhos. Muitas imagens que guardamos da cidade são configuradas mais pela tradição e pela memória do



outro. Por vezes sequer chegamos a conhecer os lugares de fato. A imagem da cidade assume os matizes mais diversos, determinados pelas relações que nela se estabelecem e pela alternância dos papéis e enredos desenvolvidos. O conceito de imagem por si só já possibilita uma série de interpretações. A imagem da cidade registrada pelas lentes do cinema difere daquela do telejornal. O imaginário da cidade, da mesma maneira, adequa-se às percepções dos atores.

Assim como as imagens, também podemos interpretar os vazios da cidade. Quase toda cidade tem seus vazios. Estes são espaços que contrastam com a grandiosidade das construções, que nos remetem a outras percepções que não aquelas das telas cheias de imagens. Os vazios, ou lacunas nas cidades, lembram sua dimensão transitória. Lembram que foram construídas e são habitadas pelos homens. As superfícies vazias, as *no man's lands* têm a propriedade de nos remeter ao homem, ao outro que habita a cidade.

A densidade comporta o vazio: ela também é feita de rarefação. Compacta, a cidade é desenhada por ambientes vazios, é feita de aparentes corredores vivos de circulação, que, no entanto, são *vazios de proximidade*. Os lugares são feitos de passagens sem paradas ou encontros, emudecidos pelo simples fluxo — que parece existir por si só, como se não houvesse qualquer razão para a sua constante presença, que, contraditoriamente, ainda fornece vida à cidade — como se dele, também fosse feita a complexidade. (HISSA, 2006, p.89.).

Os vazios da cidade, em sua invisibilidade, apresentam-se como possibilidades. Aquilo que é vazio pode ser preenchido, pode ser modificado. Assim como nas imagens do cinema. Muitas vezes aquilo que se pretende mostrar pode ser explicado pelo que se deixa fora do quadro. Os vazios da cidade nos lembram da dimensão e dos habitantes que convivem na cidade. Eles nos fazem refletir sobre as infinitas possibilidades da cidade. Os vazios da cidade nos permitem desenvolver um tempo de ver. Os olhos, turvos pelo excesso de imagens, se abrem a novas possibilidades que aparecem nos vazios da cidade. O futuro se apresenta nos espaços vazios da cidade.

Tudo que é pequeno desaparece. Mas, se perdemos tudo o que é pequeno, perdemos também nossa orientação, nos tornamos vítimas do que é grande, impenetrável, superpotente. Deve-se lutar por tudo o que é pequeno e que ainda existe. Aquilo que é pequeno confere ao que é grande um ponto de vista. (WENDERS, 1994. p. 187).

Nos pequenos espaços e nos vazios da cidade aquilo que é invisível guarda histórias, ganha uma dimensão atemporal na qual passado e futuro se mesclam. O tempo ganha outra qualidade nos pequenos detalhes e espaços vazios da cidade. Uma pracinha que emerge em

meio ao poderio dos arranha-céus ou um fragmento de céu que se vislumbra sobre um terreno baldio, lembram ao homem sua fragilidade e o seu pertencimento a uma natureza muito mais ampla do que aquela criada em aço e concreto.

### **Cena 6: *the end***

Na cidade os habitantes e os espaços convivem às vezes em harmonia, às vezes em conflito. Os espaços se tornam vitrines que abrem ao outro a possibilidade de conviver com sua alteridade, criam espaços de sociabilidade, mas ao mesmo tempo cerceiam a liberdade de outros. Uma forma de se escapar dessa condição de invisibilidade na cidade é estar atento aos pequenos espaços, que lutam para sobreviver em meio aos grandes. Esse também é o movimento dos homens. Grupos sociais lutam para ter acesso aos espaços, criam seus próprios espaços na cidade. Ainda que momentaneamente, ganham visibilidade, em um tempo em que ser visível é condição primeira, e cada vez mais difícil de concretizar.

Na cidade as pessoas podem ser, a um só tempo, visíveis e invisíveis. Visíveis a partir do momento em que elas utilizam o espaço da cidade como ponto de encontro, como lugar de troca. Invisíveis quando transitam pela cidade sem ser percebido - seja pela rotina cotidiana que tudo descolore - ou pela invisibilidade dada pela condição social.

Um dos grandes mistérios da cidade consiste justamente, em possibilitar a existência ao mesmo tempo das duas condições: visibilidade e invisibilidade social. Por que ela possibilita isso? Porque as pessoas podem se apropriar de seus espaços dando-lhes outra conotação muitas vezes diferente daquela original que lhe foi atribuída. E talvez o fator mais curioso, pois revela uma característica exclusiva do homem: a sua infinita capacidade de mudança.

As pessoas mudam de cidades e surgem novos moradores que não conheciam o sentido original dado àquele espaço. Ou quando, ao contrário, os habitantes preservam a tradição dos seus espaços e as memórias da cidade, que acabam sendo incorporados pelos novos moradores que se incumbem, por sua vez, de preservar tal sentido. Pensando ainda que tais processos possam acontecer simultaneamente.

A cena se fecha. Enquadra-se a cidade e vai se aproximando. Entendo a cidade como um mutante. Ela se adapta aos homens. Absorve seus costumes, muda de acordo com sua evolução tecnológica. Ao contrário do que se pensa, a cidade é o espaço dos homens. Não dos automóveis, não das grandes obras. A cidade é, também, o espaço daquilo que é pequeno. O

espaço do indivíduo. Fecha a cena. Por do sol visto de uma janela no centro da cidade. Os edifícios se colorem de laranja enquanto o sol desce atrás da montanha.

**Nota:**

<sup>1</sup> Alguns exemplos dessa apropriação “não convencional” do espaço urbano podem ser constatados em Belo Horizonte. Na Praça Sete, localizada no hipercentro, os skatistas converteram o local em pista para seus treinos nas tardes de sábado, convivendo pacificamente com os outros transeuntes. O Quarteirão do Soul, ainda na região central, é outro espaço que surgiu da apropriação da rua e se transforma em pista de dança também aos sábados.

**Referências:**

BAUDRY, Pierre. O urbano em movimento. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 25-37.

CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Org.). **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2: morar, cozinhar, p. 189-202.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 81-92.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 11-25.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV.; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Um Roteiro de Visibilidade e Invisibilidade na Cidade  
*Rita Aparecida da Conceição Ribeiro*

---

WENDERS, Wim. **A paisagem urbana**. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, n. 23, 1994. p. 181-189.